

Faculdade de Direito
Universidade de Coimbra

DIREITO CONSTITUCIONAL II

(3.^a e 4.^a turmas)

Exame – Época de Recurso

<http://apontamentosdireito.atspace.com/index.html>

2009.07.08

Duração: 2 horas

Legislação admitida: Constituição da República Portuguesa e Lei do Tribunal Constitucional, sem anotações ou comentários

I (8 valores)

Das seguintes frases, escolha, em cada número, a afirmação verdadeira, transcrevendo-a e indicando a respectiva alínea. No n.º 3, deve fundamentar a sua escolha, comentando desenvolvidamente apenas a afirmação seleccionada.

1. (1,5 valores)

- a) Leis orgânicas, conforme decorre da CRP, são apenas leis que criam órgãos de soberania.
- b) Só algumas leis orgânicas têm valor reforçado.
- c) Todas as leis orgânicas são leis de valor reforçado.
- d) O valor reforçado das leis orgânicas significa que todas elas servem de parâmetro normativo-material a outros actos de valor legislativo.

2. (1,5 valores)

- a) Em 1933, sob influência austríaca, Portugal acolheu um sistema de fiscalização difusa da constitucionalidade.
- b) Em Portugal, só o Tribunal Constitucional é um órgão de justiça constitucional.
- c) Em 1976 foi criado o Tribunal Constitucional.
- d) Em Portugal, todos os tribunais são órgãos de justiça constitucional.

3. (5 valores)

- a) O modelo austríaco de justiça constitucional antecedeu e inspirou o sistema norte-americano da *judicial review*.
- b) Portugal foi o primeiro país do mundo a consagrar um sistema de fiscalização concreta da constitucionalidade.
- c) O recurso de amparo e a queixa constitucional foram inovações do constitucionalismo republicano português.
- d) Entre nós, para efeitos de determinação do objecto de controlo da constitucionalidade, recortou-se um conceito funcional de norma.

II (12 valores) L

Imagine que hoje o Presidente da República recebe dois decretos: um deles para ser promulgado como decreto regulamentar e outro como decreto-lei. Ao analisar o texto do diploma, o Presidente da República repara que:

Decreto de guerra

- a) do decreto regulamentar não consta qualquer referência a um acto legislativo;
- b) o decreto regulamentar prevê a punição das infracções às suas normas com sanções penais;
- c) o decreto-lei foi aprovado pelo Governo no passado dia 3 de Julho, ao abrigo de uma lei de autorização legislativa (Lei 1/2009, de 6 de Março), cuja duração se encontrava fixada em 120 dias.

1. Na sua qualidade de assessor(a) da Presidência da República, é questionado(a) sobre a conformidade constitucional dos referidos diplomas. (6 valores)

2. Tendo algumas reservas quanto às medidas mencionadas, o Presidente da República pretende exercer o seu direito de veto em relação a ambos os diplomas, tendo já comunicado informalmente essa intenção ao Primeiro-Ministro, que se limitou a responder que, caso tal viesse a acontecer, o Governo conseguiria superar o veto. Comente. (3 valores)

3. Imagine agora que o decreto regulamentar entrou em vigor e que António, apesar de ter invocado, em sua defesa, a inconstitucionalidade do diploma, foi condenado, no tribunal da comarca de X, por um dos crimes aí previstos. Não se conformando com o juízo de inconstitucionalidade, António recorreu para o Tribunal Constitucional, que deu provimento ao recurso. Que efeitos decorrem desta decisão do Tribunal Constitucional? (3 valores)